



PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAPONGA  
Praça Manoel Romualdo de Lima, n.º 221  
36.594-000 – Araponga – MG  
Tel.: (31) 3894-1100  
www.araponga.mg.gov.br  
e-mail: arapongalicitacao@gmail.com

**MUNICÍPIO DE ARAPONGA – MG**  
**GABINETE DO PREFEITO**  
**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 084/2025**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 016/2025**

**DESPACHO**

**Assunto: Solicitação de Parecer Jurídico – Análise de Impugnações e Possibilidade de Anulação de Certame**

Encaminho a Vossa Senhoria as impugnações ao edital do Pregão Eletrônico nº 016/2025, protocoladas pelas empresas **ATHENA COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS MÉDICOS E HOSPITALARES – EIRELI** e **DML DISTRIBUIÇÃO LTDA**, para análise e emissão de parecer.

Em síntese, as empresas apontam vícios no instrumento convocatório relacionados ao agrupamento de itens em lotes, o que, segundo elas, restringe o caráter competitivo do certame.

- A empresa **ATHENA** alega que há lotes agrupando materiais de natureza odontológica e hospitalar.
- A empresa **DML** sustenta que o edital agrupa, em um mesmo lote, itens de classes distintas, como curativos e medicamentos.

Em análise preliminar dos fatos, esta autoridade constatou que o argumento da empresa **ATHENA** não procede, pois não há o referido agrupamento. Contudo, a alegação da empresa **DML** é pertinente, uma vez que foi identificado o agrupamento de itens de natureza diversa (curativos e medicamentos) em um mesmo lote, o que representa um vício que macula o princípio da competitividade.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAPONGA**  
Praça Manoel Romualdo de Lima, n.º 221  
36.594-000 – Araponga – MG  
Tel.: (31) 3894-1100  
[www.araponga.mg.gov.br](http://www.araponga.mg.gov.br)  
e-mail: [arapongalicitacao@gmail.com](mailto:arapongalicitacao@gmail.com)

Considerando que o vício apontado, embora sanável, exige uma reestruturação do edital que não pode ser feita com o certame em andamento, esta Administração entende que o caminho mais seguro para resguardar o interesse público e a legalidade do processo é o seu desfazimento para posterior correção e republicação.

Diante do exposto, e com fundamento no princípio da autotutela administrativa, solicito a emissão de **parecer jurídico** que analise a situação fática e de direito, abordando especificamente:

- a) A procedência dos vícios apontados nas impugnações, em especial o agrupamento de itens de naturezas distintas em um mesmo lote;
- b) Se o vício confirmado justifica o desfazimento do processo licitatório;
- c) Qual o instrumento jurídico adequado para o ato: **anulação**, por vício de legalidade, ou **revogação**, por conveniência e oportunidade, à luz da Lei nº 14.133/2021;
- d) A fundamentação e os procedimentos necessários para a formalização da decisão.

O presente parecer é fundamental para subsidiar a decisão final a ser proferida por esta autoridade.

Aguardo retorno.

Atenciosamente,

Araponga/MG, 21 de agosto de 2025.

**Carlos Assunção Gomes**  
Prefeito Municipal



**PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAPONGA**  
Praça Manoel Romualdo de Lima, n.º 221  
36.594-000 – Araponga – MG  
Tel.: (31) 3894-1100  
[www.araponga.mg.gov.br](http://www.araponga.mg.gov.br)  
e-mail: [arapongalicitacao@gmail.com](mailto:arapongalicitacao@gmail.com)

**MUNICÍPIO DE ARAPONGA – MG**  
**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 084/2025**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 016/2025**

**PARECER JURÍDICO**

Processo: Pregão Eletrônico nº 016/2025

Interessado: Pregoeiro(a) do Município de Araponga Assunto: Análise de impugnações ao edital.  
Vício de legalidade. Agrupamento indevido de itens em lotes. Orientação sobre a anulação do certame.

EMENTA: DIREITO ADMINISTRATIVO.  
LICITAÇÃO. PREGÃO ELETRÔNICO.  
IMPUGNAÇÃO AO EDITAL. AGRUPAMENTO, EM  
UM MESMO LOTE, DE ITENS DE NATUREZAS  
DISTINTAS (MEDICAMENTOS E CURATIVOS).  
RESTRIÇÃO INDEVIDA À COMPETITIVIDADE.  
VIOLAÇÃO AO ART. 40, V, 'A', DA LEI Nº  
14.133/2021 E À SÚMULA 247 DO TCU. VÍCIO DE  
LEGALIDADE INSUSCETÍVEL DE CORREÇÃO  
COM O CERTAME EM CURSO. PODER-DEVER DE  
AUTOTUTELA DA ADMINISTRAÇÃO.  
RECOMENDAÇÃO PELA ANULAÇÃO DO  
PROCEDIMENTO LICITATÓRIO, COM  
FUNDAMENTO NO ART. 71, III, DA LEI Nº  
14.133/2021.

**I. RELATÓRIO**

Trata-se de análise jurídica solicitada pelo(a) Pregoeiro(a) deste Município, por meio de despacho, a respeito das impugnações ao edital do Pregão Eletrônico nº 016/2025, apresentadas pelas



**PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAPONGA**  
**Praça Manoel Romualdo de Lima, n.º 221**  
**36.594-000 – Araponga – MG**  
**Tel.: (31) 3894-1100**  
**www.araponga.mg.gov.br**  
**e-mail: arapongalicitacao@gmail.com**

empresas ATHENA COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS MÉDICOS E HOSPITALARES – EIRELI e DML DISTRIBUIÇÃO LTDA.

Conforme relatado no despacho, a autoridade licitante, em análise preliminar, afastou a alegação da empresa ATHENA, por não constatar o agrupamento de materiais odontológicos e hospitalares. Contudo, reconheceu a procedência da impugnação da empresa DML, que apontou o agrupamento indevido de itens de naturezas distintas (medicamentos e materiais para curativos) em um mesmo lote, o que configura potencial restrição à competitividade.

Diante da constatação do vício, a autoridade consulente questiona sobre a medida a ser adotada, indagando sobre a possibilidade de desfazimento do certame e qual o instrumento jurídico apropriado para tal: anulação ou revogação.

É o breve relatório. Passa-se à análise.

## **II. FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA**

A questão central submetida a esta análise jurídica é a legalidade do agrupamento de itens de naturezas distintas em um único lote e as consequências de tal ato para o processo licitatório.

A Lei nº 14.133/2021, que rege o presente certame, estabelece em seu art. 5º que a Administração Pública deve observar, entre outros, os princípios da isonomia, da competitividade e da seleção da proposta mais vantajosa. O parcelamento do objeto é a regra, visando exatamente ampliar o universo de competidores e, com isso, obter melhores condições para a Administração.

O art. 40, V, 'a', da referida lei, é claro ao determinar que o edital deverá conter as regras relativas ao critério de julgamento, observando o dever de parcelar o objeto, "sempre que for técnica e economicamente viável, com vistas a ampliar a competição".

No caso em tela, o agrupamento de medicamentos (cuja comercialização exige autorizações sanitárias específicas) com materiais para curativos (que podem ser comercializados por um





**PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAPONGA**  
**Praça Manoel Romualdo de Lima, n.º 221**  
**36.594-000 – Araponga – MG**  
**Tel.: (31) 3894-1100**  
**www.araponga.mg.gov.br**  
**e-mail: arapongalicitacao@gmail.com**

universo mais amplo de empresas) em um mesmo lote, efetivamente restringe a participação no certame apenas àquelas empresas que atuam em ambos os segmentos. Tal exigência não se justifica técnica ou economicamente, configurando um direcionamento indevido e uma barreira à ampla competição.

Este entendimento está consolidado na Súmula nº 247 do Tribunal de Contas da União (TCU), que, embora editada sob a égide da lei anterior, mantém sua plena aplicabilidade por refletir princípios basilares da licitação:

"É obrigatória a admissão da adjudicação por item e não por preço global, nos editais das licitações para a contratação de obras, serviços, compras e alienações, cujo objeto seja divisível, desde que não haja prejuízo para o conjunto ou complexo ou perda de economia de escala, tendo em vista o objetivo de propiciar a ampla participação de licitantes (...)"

A conduta da Administração, ao agrupar indevidamente os itens, constitui um vício de legalidade no instrumento convocatório, pois contraria expressa disposição legal e principiológica.

Identificado o vício, nasce para a Administração o poder-dever de autotutela, que a compele a anular seus próprios atos quando eivados de ilegalidade. A questão que se põe é se o vício é sanável ou insanável. Embora a correção do edital (separando os lotes) seja possível, ela não pode ocorrer com o processo em andamento sem ferir a isonomia e a publicidade, pois um novo edital, com novas regras, deve ser submetido a um novo prazo para que todos os potenciais interessados possam dele tomar conhecimento e formular suas propostas.

Portanto, o desfazimento do certame é a medida que se impõe. Resta definir o instrumento correto. A Lei nº 14.133/2021 distingue claramente os institutos da anulação e da revogação em seu art. 71:

- A revogação (inciso II) ocorre por motivo de conveniência e oportunidade, decorrente de fato superveniente devidamente comprovado. Não é o caso.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAPONGA**  
**Praça Manoel Romualdo de Lima, n.º 221**  
**36.594-000 – Araponga – MG**  
**Tel.: (31) 3894-1100**  
**www.araponga.mg.gov.br**  
**e-mail: arapongalicitacao@gmail.com**

- A anulação (inciso III) ocorre "sempre que presente ilegalidade insanável". A ilegalidade aqui é clara. E, como explicado, a impossibilidade de saneamento com o certame em curso a torna, para fins práticos, insanável no bojo deste processo.

No presente caso, a manutenção do certame com o vício apontado traria prejuízo ao interesse público, pois limitaria a competição e, potencialmente, levaria a uma contratação antieconômica. A anulação para posterior republicação do edital corrigido é a medida que melhor atende aos princípios da legalidade, isonomia e eficiência.

### **III. CONCLUSÃO**

Diante de todo o exposto, esta Assessoria Jurídica opina no seguinte sentido:

- a) É procedente o vício de legalidade apontado pela empresa DML DISTRIBUIÇÃO LTDA, consistente no agrupamento indevido de itens de naturezas distintas em um mesmo lote, o que viola o dever de parcelamento do objeto e restringe a competitividade do certame.
- b) O vício identificado justifica o desfazimento do processo licitatório, com base no poder-dever de autotutela da Administração Pública.
- c) O instrumento jurídico adequado para o ato é a ANULAÇÃO do Pregão Eletrônico nº 016/2025, com fundamento no art. 71, inciso III, da Lei nº 14.133/2021, por vício de legalidade insanável no curso do procedimento.
- d) Recomenda-se a publicação do ato de anulação, com a devida motivação, assegurando-se a prévia manifestação dos interessados, conforme § 3º do mesmo artigo, e, posteriormente, a elaboração de um novo edital com as devidas correções para republicação.

É o parecer, salvo melhor juízo.

Araponga/MG, 21 de agosto de 2025.

**Carlos Eduardo Alves dos Reis**

Advogado OAB/MG nº 136.432



PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAPONGA  
Praça Manoel Romualdo de Lima, n.º 221  
36.594-000 – Araponga – MG  
Tel.: (31) 3894-1100  
www.araponga.mg.gov.br  
e-mail: arapongalicitacao@gmail.com

**MUNICÍPIO DE ARAPONGA – MG**  
**GABINETE DO PREFEITO**  
**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 084/2025**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 016/2025**  
**TERMO DE REVOGAÇÃO**

O MUNICÍPIO DE ARAPONGA, Estado de Minas Gerais, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 18.132.167/0001-71, com sede na Praça Manoel Romualdo de Lima, nº 221, Centro, Araponga/MG, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. **Carlos Assunção Gomes**, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, e com fundamento no artigo 71, inciso II, da **Lei Federal nº 14.133/2021**, resolve:

**CONSIDERANDO** as impugnações ao edital do Pregão Eletrônico nº 016/2025, apresentadas pelas empresas **ATHENA COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS MÉDICOS E HOSPITALARES – EIRELI** e **DML DISTRIBUIÇÃO LTDA**;

**CONSIDERANDO** que, após análise, foi constatada a procedência da impugnação apresentada pela empresa **DML DISTRIBUIÇÃO LTDA**, no que tange ao agrupamento indevido de itens de naturezas distintas (medicamentos e materiais para curativos) em um mesmo lote;

**CONSIDERANDO** que tal agrupamento configura vício de legalidade no instrumento convocatório, por afrontar o dever de parcelamento do objeto e restringir o caráter competitivo do certame, violando os princípios da isonomia e da busca pela proposta mais vantajosa, previstos no art. 5º e no art. 40, V, 'a', da Lei nº 14.133/2021, bem como o entendimento consolidado na Súmula nº 247 do Tribunal de Contas da União;

**CONSIDERANDO** que o vício identificado é insanável no curso do presente procedimento, tornando imperativo o desfazimento do certame para a devida correção do edital, em observância ao poder-dever de autotutela da Administração Pública;



**PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAPONGA**  
Praça Manoel Romualdo de Lima, n.º 221  
36.594-000 – Araponga – MG  
Tel.: (31) 3894-1100  
[www.araponga.mg.gov.br](http://www.araponga.mg.gov.br)  
e-mail: [arapongalicitacao@gmail.com](mailto:arapongalicitacao@gmail.com)

**CONSIDERANDO**, por fim, a recomendação contida no Parecer Jurídico exarado nos autos deste processo, que opinou pela anulação do procedimento licitatório por vício de legalidade;

**RESOLVE:**

Art. 1º ANULAR o processo licitatório na modalidade Pregão Eletrônico nº 016/2025, que tem por objeto a aquisição de materiais diversos para este Município, com fundamento no art. 71, inciso III, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

Art. 2º Determinar a comunicação desta decisão a todos os licitantes e demais interessados.

Art. 3º Determinar a publicação do presente ato no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e nos demais meios de publicidade oficial do Município.

Art. 4º Encaminhar os autos ao setor competente para a elaboração de um novo edital, com as devidas correções, para futura publicação.

Publique-se. Cumpra-se.

Araponga/MG, 21 de agosto de 2025.

**Carlos Assunção Gomes**  
Prefeito Municipal